

# Apresentação

A *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* abre seu primeiro número com o dossiê Diferenças e (Des)Igualdades. Os artigos que o compõem buscam associar reflexões das ciências sociais sobre desigualdades compreendidas como muito mais do que uma questão de cunho econômico. A sociedade brasileira atual, herdeira de um passado colonial, escravagista e (hetero)sexista, se caracteriza por uma interseção de desigualdades cristalizadas em marcas da diferença étnico-racial, de gênero, classe, sexuais, entre outras. Até mesmo nossa compreensão do que é igualdade e as ideias sobre como alcançá-la têm gerado reflexões.

O dossiê abre com um instigante ensaio de Judith Butler sobre o que nos vincula eticamente com as vidas precárias, aquelas relegadas à desigualdade, à injustiça e até mesmo à morte. Segundo a feminista *queer* norte-americana, este vínculo depende das condições de como o Outro é representado socialmente, pois apenas atendemos à demanda moral de intervir positivamente sobre a vida precária de outra pessoa se reconhecemos sua humanidade. Suas reflexões referem-se mais explicitamente ao cenário de guerras internacionais e à forma como os mídia ocidentais apresentam imagens distorcidas/des-humanizadoras de nações do Oriente-Médio, mas podem suscitar aqui entre nós reflexões sobre como nossas elites políticas e intelectuais enxergam nosso próprio povo. Em um dos países mais desiguais do mundo, vivemos em um contexto peculiar, no qual concepções de equidade competem mantendo modalidades distintas de cidadania.

Adentrando justamente nesta seara, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, em seu artigo “Concepções de igualdade e cidadania” chama a atenção, no diálogo com autores internacionais tanto da matriz anglo-americana, quanto da matriz francesa, para diferenças nas concepções de igualdade que produzem, por sua vez, práticas diversas de tratamento igualitário e status de cidadania. O autor nos expõe as bases de um projeto de pesquisa que tem animado uma rede de pesquisadores interessados em problematizar as diferenças de status de cidadania na experiência democrática brasileira, onde as demandas por reconhecimento de direitos muitas vezes parecem reivindicações de privilégios aos olhos de outros. Por isso, para compreender e avaliá-las é preciso levar em conta as noções de dignidade e equidade. Na conclusão, abre para a percepção de mudanças e desconfortos contemporâneos com algumas formas de tratamento desigual antes naturalizadas, fazendo perceber que, de um lado, os conflitos por

direito e reconhecimento continuam pressionando a construção de um mundo cívico, e de outro, que as violações à dignidade e à cidadania igualitária ainda são uma experiência marcante na vida de inúmeros(as) brasileiros(as).

Na esteira das reflexões anteriores, Celi Scalon discute como as desigualdades e até mesmo a pobreza precisam ser compreendidas como fenômenos sociais multifacetados e que exigem políticas públicas específicas para seu enfrentamento. A socióloga compreende pobreza como conjunto de privações que impedem a mobilidade social e o bem-estar expondo pessoas a formas diversas de vulnerabilidade e violência. A partir disso, reflete sobre o alto grau de consentimento e tolerância brasileira em relação às desigualdades sociais relacionando-o ao culto da meritocracia. Explica por que o mero crescimento econômico não reduz desigualdades expondo a relevância de políticas públicas para combater as desigualdades. Nesse sentido, Scalon demonstra como apenas um modelo econômico que diminua desigualdades associado a políticas de redistribuição de renda pode apontar para uma efetiva e progressiva redução das desigualdades brasileiras.

Em seguida, Andreas Hofbauer desenvolve sua reflexão partindo da seguinte questão: é possível alcançarmos igualdade social, política e econômica e ao mesmo tempo respeitarmos as diferenças culturais? Dessa forma, o autor analisa a pouca participação da antropologia na arena dos debates políticos envolvendo a temática das diferenças e do multiculturalismo. Apresentando os desenvolvimentos em torno desses conceitos, do evolucionismo do século XIX às críticas pós-coloniais, o autor mostra como “desigualdade” e “diferença” revelam-se campos de disputas conceituais e interpretativas não apenas no domínio científico, mas também na agenda política. Para exemplificar como este debate se situa em nosso país, Hofbauer apresenta as discussões contemporâneas sobre o *candomblé* (mais analisado pelo viés da cultura e da diferença) e as relações raciais no Brasil (trabalhadas preferencialmente sob o viés da desigualdade) e suas possíveis interlocuções.

Maria da Gloria Bonelli complementa o dossiê com um artigo que, a partir de extensa pesquisa empírica, expõe e analisa a forma como as diferenças são compreendidas, vividas e pensadas por juízes(as). São esses profissionais que zelam pela aplicação da justiça e, portanto, com fundamental papel na construção da democracia brasileira contemporânea. A investigação demonstra como a carreira profissional tende a levá-los(as) a um “apagamento das diferenças” de suas trajetórias pessoais. Os dados que apresenta criticam de forma contundente o argumento de que as carreiras jurídicas tenham sido democratizadas pelo ingresso de mulheres e de jovens em suas bases. Para além dos jogos de poder no interior das profissões, o fechamento para o tratamento da diferença é crítico

nas instituições judiciais, as quais têm a função de administrar as demandas por reconhecimento e tratamento equitativo entre os socialmente desiguais.

O primeiro número da Contemporânea ainda traz na seção de artigos a contribuição de Fabio Reis Mota e Letícia de Luna Freire para pensar a cidadania como questão de reconhecimento de dignidade, por meio de um estudo comparativo de dois casos de desapropriação de residência, tendo duas mulheres como protagonistas. Um delas de uma favela e outra de uma ilha na Baía de Guanabara. A conclusão do artigo aponta a negligência da dimensão moral no reconhecimento dos direitos, que nos casos apresentados significou a recusa de qualquer direito, e permite discutir a dificuldade em estabelecer a igualdade de direitos no Brasil, onde há camadas de acesso à cidadania, bloqueada a grupos sociais com identidades deterioradas, como é o caso dos favelados e dos que não possuem a propriedade privada de suas moradias.

Dos déficits de cidadania para os estudos sobre violência, o artigo de Francisco Thiago Rocha Vasconcelos apresenta uma reflexão sobre o percurso institucional de constituição do campo da sociologia da violência em São Paulo. Marcado pelo contexto da transição política, a formação do campo esteve em tensão com a constituição dos estudos sobre movimentos sociais e a vida popular. O crescimento da violência e a institucionalização dos movimentos produziu certa “decepção com o popular”, que marcou os estudos sobre violência com a preocupação em explorar as conexões entre pobreza e violência. A pesquisa analisou as principais temáticas trabalhadas por três instituições de pesquisa – CEBRAP, CEDEC e NEV-USP – e como elas tomaram ou evitaram o tema da violência como motivo central de suas reflexões, contribuindo para a compreensão de uma parte importante da história intelectual paulista recente, e para a compreensão dos parâmetros de um campo de pesquisa em franco crescimento nas ciências sociais contemporâneas.

Uma contribuição de cunho teórico é apresentada no texto “Egoísmo e interação”, de Rodrigo Suassuna, desenvolvendo o conceito de egoísmo a partir das contribuições da fenomenologia de Alfred Schutz, como sendo a situação em que o agente desiste da interação com o outro. A desistência da interação ou a interposição de obstáculos à interação estariam relacionados aos vínculos emocionais que o agente estabelece nas situações de interação, sentindo-se bem ou mal, desconfiado ou inseguro. São propostos pelo autor três tipos ideais de contatos egoísticos: o estranhamento, o alheamento e o retorno.

O artigo de Joanildo Burity trata da presença pública da religião nas sociedades ocidentais contemporâneas e do impacto que a diferenciação religiosa tem na democracia representativa, enfocando os casos do Brasil e da Argentina. Com suas peculiaridades, ambos os países presenciam a redução católica

em face do crescimento pentecostal, com implicações político-culturais. Abordando aspectos de moral sexual, bioética, reivindicação e implementação de políticas sociais, o autor discute o espaço da religião no contexto de multiculturalismo e republicanismo.

Na sessão de resenhas, Gabriel Feltran apresenta o livro *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*, de Eduardo Marques. Neste trabalho são analisadas as relações e as redes sociais/pessoais desenvolvidas a partir de uma nova configuração social na qual se enquadra a pobreza e a segregação na cidade de São Paulo. Marques ressalta a heterogeneidade e a pluralidade dessas mesmas redes provocando, inclusive, outra maneira de se pensar conceitualmente esses temas já clássicos da sociologia.

Já Rodrigo Constante Martins analisa o livro *The politics of climate change*, de Anthony Giddens. A resenha é construída mostrando que o debate do sociólogo sobre o clima tem que ser compreendido dentro do contexto da obra de Giddens, em especial em relação à sua teoria da estruturação. Dessa forma, desenvolve-se o paradoxo de Giddens: como as ameaças das mudanças climáticas não são imediatamente visíveis, as ações cotidianas para evitar tais ameaças também não são imediatamente vividas ou implantadas. Quando o efeito dessas ameaças forem diretos e visíveis, será tarde demais para iniciarmos as mudanças cotidianas.

Encerra a seção uma resenha do importante livro *En quête de respect: le crack à New York*, de Philippe Bourgois. Ainda que a edição original em inglês tenha saído em 1995, sua temática é extremamente importante para o Brasil contemporâneo: a chegada do crack às ruas e sua conseqüente introdução e significação nas relações sociais. Daniel de Lucca, autor da resenha, analisa como Bourgois trata o tema não a partir do debate sobre drogas ou drogadição, mas dos contextos sociais de marginalização e exclusão que tornam o universo das drogas um possível estilo de vida e uma chance de mobilidade social ascendente, o que está intimamente associado a um cotidiano de violência e busca por um ideal de “respeito”.

Com isso, esperamos trazer a público uma revista nova e instigante, que pretende contribuir para a disseminação do debate qualificado sobre temas contemporâneos da sociologia brasileira e mundial, de relevância acadêmica e também política.

Comitê Editorial

*Richard Miskolci, Jacqueline Sinhoretto, Jorge Leite Júnior e  
André Ricardo de Souza*